

Relatório e Contas'18
BFA Oportunidades II

ÍNDICE

4	RELATÓRIO DE GESTÃO
4	1. INTRODUÇÃO
4	1.1. Dados da Entidade e Auditor Externo
4	1.2. Valorimetria e Unidades de Participação
5	2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO
5	2.1. Panorama Económico Internacional
7	2.2. Actividade Económica Angolana
10	2.3. O Mercado de Capitais
12	3. RISCOS ASSOCIADOS
12	4. ACTIVIDADE E DESEMPENHO
<hr/>	
16	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS
16	1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
18	2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
21	3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DO FUNDO
22	4. DISPONIBILIDADES
22	5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
22	6. OUTRAS OBRIGAÇÕES
22	7. FUNDOS PRÓPRIOS
23	8. APURAMENTO DE RESULTADOS
<hr/>	
24	RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO



01

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

Relatório de Gestão

1. INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado denominado BFA OPORTUNIDADES II (“Fundo”), tem como capital inicial AOA 18 000 000 000 00 (dezoito mil milhões de Kwanzas), repartido em 18 000 000 00 (dezoito milhões) de unidades de participação com o valor nominal de AOA 1 000 00 (mil Kwanzas) cada uma. O registo do Fundo foi autorizado pela Comissão do Mercado de Capitais (“CMC”) em 27 de Julho de 2018, tendo sido atribuído o número de registo 008/DSOICE-FEIVMF/CMC/07-18. O Fundo, tem a duração de 1 (um) ano, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Agosto de 2018. As unidades de participação do Fundo foram comercializadas na sua totalidade durante um mês.

O Fundo destina-se sobretudo aos investidores que pretendem investir em activos de curto prazo com rentabilidades superiores às oferecidas pela banca nacional. Por outro lado, por ser um Fundo fechado, com pouca liquidez, adapta-se aos investidores que não prevejam necessidades de liquidez até à maturidade do Fundo.

1.1. DADOS DA ENTIDADE GESTORA E DO AUDITOR EXTERNO

A Entidade Responsável pela Gestão

O Fundo é gerido pela BFA Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A, com sede na Rua Amílcar Cabral, n.º 58, com o capital social integralmente subscrito e realizado no montante de AOA 50 000 000 00 (cinquenta milhões de Kwanzas), registada na Comissão do Mercado de Capitais sob o número 001/SGOIC/CMC/12-2016 (“BFA GA”).

A Entidade Responsável pela Auditoria Independente

O auditor independente do Fundo é a CROWE HORWATH ANGOLA - Auditores e Consultores, S.A, que tem a sua sede no Edifício Caravela, na Praia do Bispo, Av. Dr. António Agostinho Neto, Lote 1, 6º andar, com o capital social de AOA 2 000 000 (dois milhões de Kwanzas), registada na Comissão do Mercado de Capitais sob o n.º006/SAE/DSOICE/CMC/11-2017.

1.2. VALORIMETRIA E UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

O Regulamento de Gestão do Fundo estabelece as seguintes regras de valorimetria e cálculo do valor das unidades de participação:

O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:

Os activos da carteira do Fundo são valorizados diariamente pelo método contabilístico que consiste em fazer a afectação diária das variações positivas e/ou negativas directamente ligadas aos activos da carteira do Fundo com a finalidade de se obter o valor global do Fundo numa determinada data. Para o efeito, serão consideradas as 17h00 do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo (“Momento de Referência”).

No que respeita à valorização de títulos de dívida, se em casos excepcionais, motivados designadamente por falhas técnicas, não for possível obter as respectivas cotações às 17h00, será considerada a cotação do último dia de fecho disponível.

- i. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização será a que se verificar no Momento de Referência;
- ii. O valor líquido global do Fundo é apurado tendo em consideração a valorização da carteira do Fundo, deduzidos os encargos efectivos ou pendentes imputáveis ao Fundo, designadamente: (a) encargos legais e fiscais; (b) taxa de supervisão; (c) comissão de gestão; (d) comissão de depósito; e (e) outros custos legalmente previstos no Regulamento de Gestão do Fundo.

A BFA GA procede ao cálculo do valor das unidades de participação diariamente e procede à respectiva publicação em www.bfa.ao.

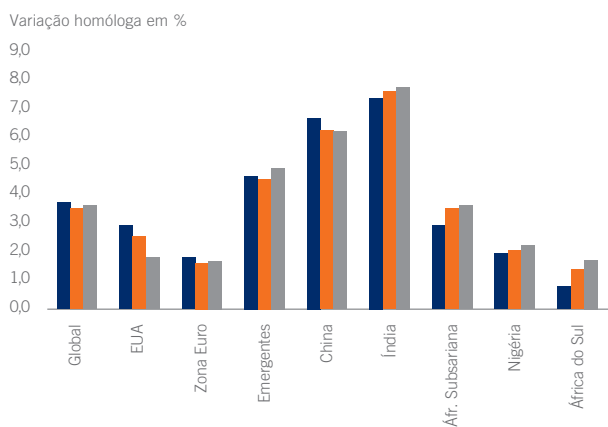
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO

2.1. PANORAMA ECONÓMICO INTERNACIONAL

ECONOMIA INTERNACIONAL

De acordo com a estimativa do FMI, a economia mundial desacelerou ligeiramente em 2018, crescendo 3,7% - menos 0,1% que no ano anterior. A expansão global foi mais enfraquecida reflectindo uma dinâmica mais fraca em algumas economias, principalmente nas economias mais avançadas, em que se verificou um avanço do PIB de 2,3% - 0,1 pontos percentuais (p.p.) a menos que em 2017. A desaceleração nas economias mais desenvolvidas foi generalizada, sendo mais pronunciada na Alemanha e no Japão (-1 p.p.), seguidos do Canadá (-0,9 p.p.), França (-0,8 p.p.) e EUA (-0,7 p.p.). Do lado das economias emergentes, com excepção do Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão, que viram o crescimento acelerar ligeiramente de 2,2% para 2,4%, e a Comunidade de Estados Independentes que acelerou igualmente de 2,1% para 2,4%, houve igualmente uma desaceleração nas várias regiões emergentes, principalmente devido ao crescimento mais lento no PIB da Europa de Leste (3,8% em 2018, menos 2,2 p.p. que em 2017), provocado essencialmente pela contracção económica na Turquia. A África Subsariana manteve o crescimento de 2,9%, influenciada pela prestação um relativamente melhor de uma das maiores economias da região, a Nigéria, cujo crescimento subiu de 0,8% em 2017 para 1,9% em 2018.

Crescimento económico mundial



Em sentido contrário, a África do Sul continuou a ter um desempenho bastante fraco, desacelerando inclusivamente, de 1,3% em 2017 para 0,8% em 2018.

Em relação a 2019, as previsões da economia global do FMI são de uma continuada, embora ligeira, desaceleração, para 3,5%. Este desempenho mais enfraquecido resultará fundamentalmente de uma menor dinâmica económica nas economias mais avançadas, cujo PIB crescerá apenas 1,7%, segundo a estimativa do Fundo. Por outro lado, as economias emergentes deverão desacelerar ligeiramente para 4,5%, apenas 0,1 p.p. a menos que em 2018; a desaceleração será provocada maioritariamente pelo desempenho da Europa emergente e em desenvolvimento, que crescerá apenas 0,7% - menos 3,1 p.p. que em 2018. Em contrapartida, na África Subsariana, está prevista uma aceleração do crescimento, para 3,5%, com uma ligeira recuperação do desempenho sul-africano (crescimento de 1,4%) a permitir um maior avanço destas economias.

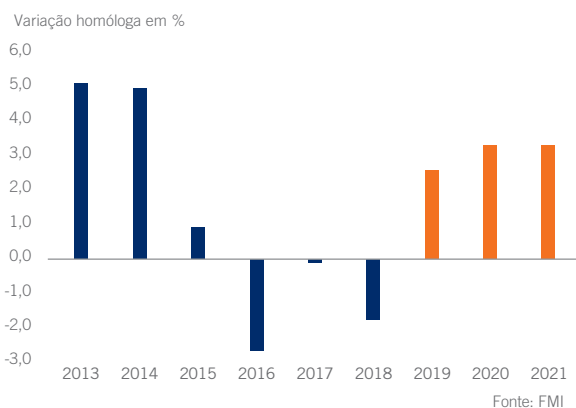
Estas expectativas estão condicionadas em parte pelo comportamento dos mercados financeiros face à escalada das tensões comerciais em 2018. Em particular, elencam-se como riscos: os efeitos negativos dos aumentos de tarifas decretados nos Estados Unidos e na China, a introdução de novos padrões de emissão de combustível na Alemanha e as preocupações sobre o peso dos riscos soberanos e financeiros na economia italiana, que podem vir a enfraquecer o sentimento do mercado sobre o país. Por outro lado, uma série de factores começam a surgir, desencadeando tensões que poderão ter consequências negativas nas expectativas dos agentes económicos, como a provável retirada “sem acordo” do Reino Unido da União Europeia e uma possível desaceleração maior do que a prevista na China.

MERCADOS FINANCEIROS

Em 2018, os mercados financeiros foram marcados, em geral, por uma tendência de aperto da política monetária norte-americana, em conjunto com um aumento da volatilidade nas bolsas, e alguma negatividade causada pelos desenvolvimentos na guerra comercial entre os estados Unidos e a China, que levou à aplicação mútua de tarifas no comércio de bens.

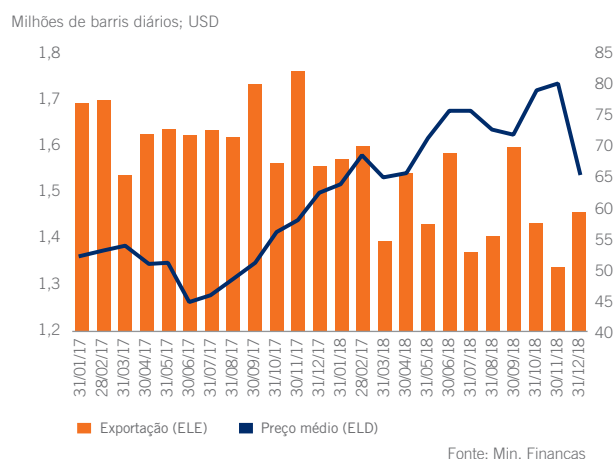
Na economia americana, observaram-se 4 aumentos da taxa dos Fed funds, o último dos quais em Dezembro, que elevaram a mesma para o intervalo entre 2,25% e 2,50%. Em conjunto com os 3 aumentos de 2017, pode-se assim considerar que a política monetária norte-americana deixou assim de ter um carácter marcadamente acomodatório, ainda que também não se possa considerar neutral, dados os níveis mínimos históricos em que se encontra a taxa de desemprego. Por outro lado, 2018 foi o ano em que começou a ser reduzido o balanço da Reserva Federal:

Crescimento económico

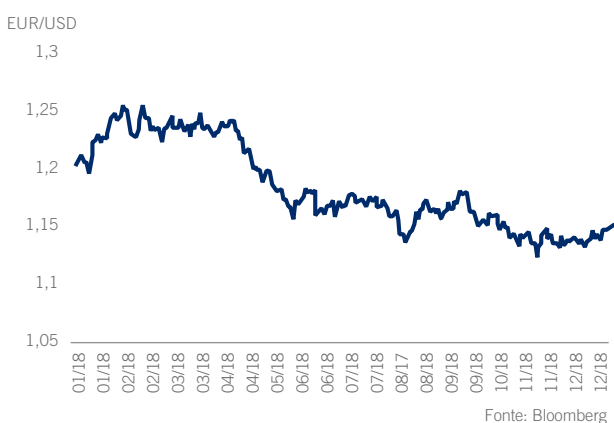


de cerca de USD 4,44 biliões no final de 2017 para USD 4,06 biliões no final de 2018, ou seja, uma redução de quase USD 400 00 mil milhões, levada a cabo através do vencimento dos activos actualmente detidos pelo banco central. As taxas de juro acompanharam a política monetária, com a Libor a 3 meses do USD a subir, de 1,69% no final de 2017 para 2,80% no final de 2018, o que configura máximos de 10 anos. Para 2019, espera-se uma continuação do ciclo de aumento de taxas, embora provavelmente a um ritmo não tão elevado como em 2018.

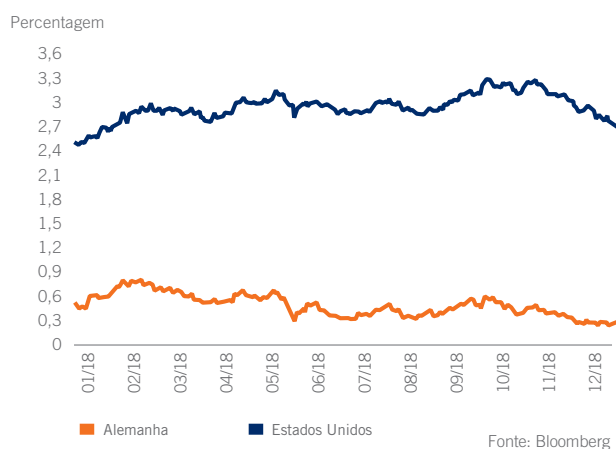
Exportações petrolíferas e preço mensal do petróleo mensais



Taxa de câmbio EUR/USD



Yield da dívida soberana a 10 anos



Na Zona Euro, o cenário continuou a ser o de uma política altamente acomodatória. Durante 2018, continuou a compra de activos adicionais por parte do BCE, que elevou o montante detido para acima de EUR 4,65 biliões no final do ano passado, de cerca de EUR 4,45 biliões no início de 2018; a compra de activos terminou em Dezembro, sendo aplicada uma política de reinvestimentos que manterá em máximos o nível de activos detidos pelo Eurosystem. A nível das taxas relevantes para a política monetária, não houve qualquer alteração, com a refirite a 0%, a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25% e a de depósitos em -0,40%. Assim, a Euribor a 3 meses manteve-se igualmente estável, subindo apenas de -0,33% para -0,31% durante o curso do ano. Prevê-se que não haja alteração de taxas durante o primeiro semestre de 2019, pelo menos.

No que toca ao mercado de dívida pública, destaque para a subida da yield da dívida pública norte-americana até Setembro/Outubro, tendo nessa altura registado máximos de 3,23% (o nível mais alto desde 2011) no prazo de 10 anos. Posteriormente, a evolução negativa dos mercados e das perspectivas económicas levou a uma correcção, tendo a mesma yield terminado o ano a 2,69%, ainda assim acima dos 2,41% verificados no início de 2018. Quanto ao Bund alemão, este viu a yield descer em 2018, terminando o ano a 0,24%, abaixo dos 0,43% do final de 2017.

Em 2018, o Dólar recuperou parte da quebra testemunhada em 2017 face ao Euro, com o EUR/USD a terminar o ano abaixo dos 1,15, tendo mesmo chegado a registar valores à volta dos 1,12 em Novembro, o que compara com os 1,20 em que o par tinha terminado o ano de 2017. A nível agregado, o índice do Dólar registou também uma subida durante o ano, havendo um movimento de valorização sustentada face às moedas dos países emergentes. Esta valorização do Dólar deveu-se principalmente ao efeito da política monetária norte-americana.

2.2. PANORAMA ECONÓMICO INTERNACIONAL

ECONOMIA INTERNACIONAL

Actividade económica

Em 2018, nos primeiros 9 meses do ano, o PIB registou uma quebra de 2,7%, principalmente devido à quebra de 8,7% yoy na actividade no sector dos hidrocarbonetos. Para a totalidade do ano, as projecções do FMI apontam para uma quebra de 1,7% do PIB, sobretudo devido ao desempenho do sector petrolífero e do gás, que deverá ter decrescido em 8,2%. Em contrapartida, a mesma projecção espera uma estagnação do sector não-petrolífero. 2018 terá assim sido o terceiro ano de recessão económica, após as quebras de 2,6% em 2016 e de 0,2% em 2017. No caso da indústria petrolífera, a quebra económica deve-se a um menor volume de produção: a partir dos dados do OGE, estima-se uma produção de 1,52 milhões de barris diários (mbd) de crude, bem abaixo dos 1,64 mbd produzidos em 2017; esta diminuição no volume produzido deve-se ao comportamento das explorações petrolíferas mais maduras, em acentuado declínio, acompanhado pela falta de novos projectos, com a excepção de Kaombo. Por outro lado, apesar do aumento do preço do barril face a 2017, este factor não se terá reflectido num crescimento da economia não-petrolífera, sobretudo devido à estratégia do Estado angolano em aproveitar as receitas extraordinárias para amortizar dívida pública doméstica, levando assim a cabo a uma consolidação orçamental mais pronunciada do que se esperava.

Em 2019, deverá ocorrer uma recuperação da actividade económica, com o FMI a esperar um crescimento de 2,5%, suportado por uma subida de 3,1% no sector petrolífero e de 2,2% na restante economia. O sector petrolífero deverá testemunhar um aumento do volume da produção, se concretizado o potencial das actuais explorações e dos novos investimentos, em Kaombo (Sul e Norte) e em Vandumbu, no Bloco 15.06, facto que dependerá da duração e do cumprimento por parte de Angola, do acordo de redução de produção por parte de OPEP e outros países.

Por outro lado, a evolução da economia não-petrolífera estará dependente da evolução do preço do petróleo. A melhoria das condições do ambiente económico deverá também levar a um reinício do investimento, embora ainda a um passo gradual.

Sector externo

No sector externo, segundo as projecções do FMI, 2018 foi caracterizado por uma ligeira melhoria na situação de desequilíbrio em Angola, com o país a mover-se firmemente para uma posição externa em linha com os fundamentos e políticas desejáveis. Olhando para o saldo da balança corrente, espera-se que esta apresente um superavit de quase 2% do PIB em 2018, reflectindo o aumento do valor exportações de petróleo, devido aos preços favoráveis do petróleo no decorrer do ano, tal como um crescimento diminuto das importações. Este aumento terá resultado da maior disponibilização de divisas, que terá permitido a redução gradual da procura acumulada de importações, sendo limitado pela fraca actividade económica.

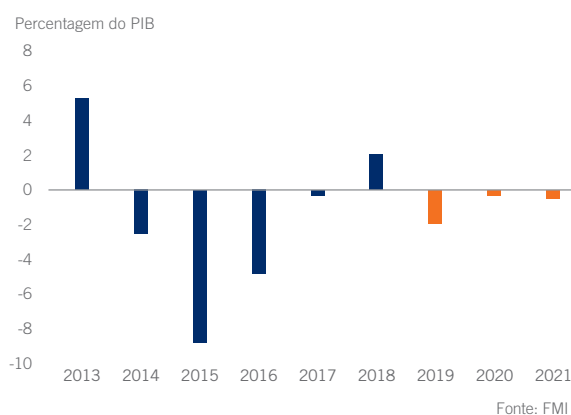
No que toca ao comportamento das reservas em 2018, estas observaram uma descida, de USD 2,96 mil milhões face a Dezembro de 2017, tendo-se fixado em 10,63 mil milhões (-21,77%). Em 2017, a quebra tinha sido de USD 7,2 mil milhões. O crescimento das receitas petrolíferas permitiu abrandar o desgaste das RIL, permitindo também um crescimento ligeiro da alocação de divisas. Além disso, o Fundo projecta que a posição de investimento internacional se deteriore ainda mais em 2018, para um valor à volta de -20% do PIB: este declínio reflectirá o aumento do passivo externo do sector público, principalmente devido à emissão de Eurobonds, e ao aumento nos passivos de investimento directo estrangeiro líquido em relação ao PIB.

Após a mudança no mecanismo de determinação da taxa de câmbio, que deixou assim de estar fixa, a economia do país tem vindo gradualmente a transitar para uma posição de equilíbrio externo, consistente com os fundamentos de médio prazo e as políticas desejadas. Assim, a depreciação ocorrida foi de mais de 48,9% face ao USD e 36,3% face ao EUR – câmbio em cerca de USD/AOA 309 e EUR/AOA 353. A correcção foi acompanhada pelo estreitamento acentuado do spread entre as taxas de câmbio paralela e

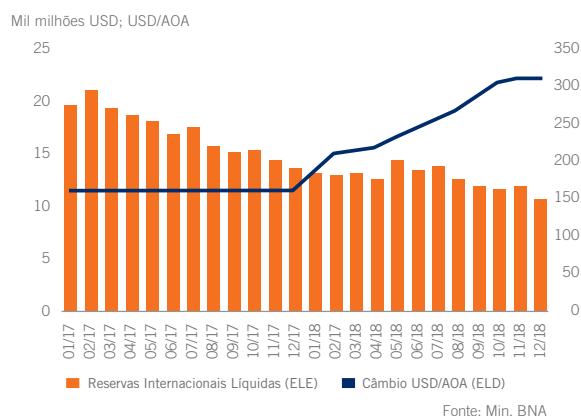
oficial durante este ano, de um spread de 168% em Janeiro para um de 33% em Dezembro.

Em suma, o ano de 2018 permitiu uma diminuição gradual dos desequilíbrios externos, embora seja expectável, na perspectiva do FMI, que alguns desequilíbrios piorem de novo em 2019, nomeadamente o saldo da balança corrente.

Saldo da Balança Corrente



Reservas Internacionais e Câmbio



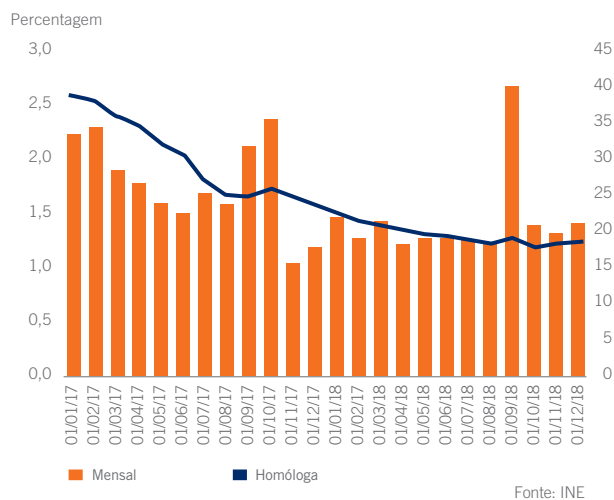
Contas públicas, inflação e taxas de juro

Em 2018, o Estado terá levado a cabo uma consolidação orçamental mais pronunciada do que o esperado, aproveitando maiores receitas petrolíferas face à previsão orçamental; segundo o FMI, registou-se um superavit de 0,4% do PIB, o que compara com um défice esperado acima de 3%; em 2017, as contas tinham apresentado um défice de 6,3% do PIB. Em 2019, deverá observar-se um novo superavit, com o FMI a estimar que este se fixe em 1,3% do PIB. No que toca à dívida, esta sofreu um ajuste significativo, devido ao efeito cambial, passando de 68,5% do PIB para 91,0% no final de 2018, o que inclui já a dívida da Sonangol. Em 2019, o FMI espera que a dívida termine o ano em cerca de 79,1% do PIB.

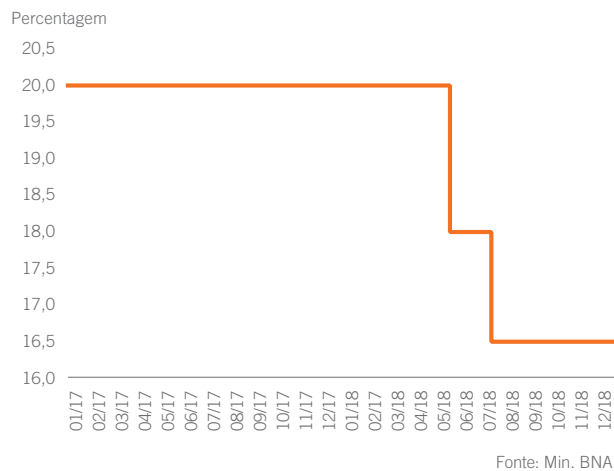
A inflação observou um percurso de desaceleração ao longo do ano; em média, registou 19,6%, bem abaixo dos 29,8% registados em 2017. Em termos homólogos, a inflação terminou o ano em 18,6%, tendo decrescido até Outubro (18,0%) e aumentado nos últimos dois meses do ano.

A política monetária manteve-se restritiva em termos práticos, já que houve uma significativa redução da moeda nacional em circulação. Porém, foram dados os primeiros passos para uma política menos restritiva, nas reuniões de Maio e de Julho do Comité de Política Monetária, que determinaram: a unificação da taxa de cedência e da taxa BNA em 18% (a primeira era de 20% anteriormente), com a sua descida posterior para 16,5%; e a redução do coeficiente de Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional, de 21% para 19%, em Maio, e de 19% para 17%, em Julho. A taxa de absorção a 7 dias manteve-se em 0% durante todo o ano.

Inflação Nacional



Taxa de Juro de Referência do BNA



2.3. O MERCADO DE CAPITAIS

Participantes do Mercado

Durante o ano de 2018, verificou-se uma variação positiva de 21% no que diz respeito ao número de agentes participantes do Mercado de Capitais, passando de 58 (Dez.17) para 70 até Dez.18, e divididos da seguinte maneira:



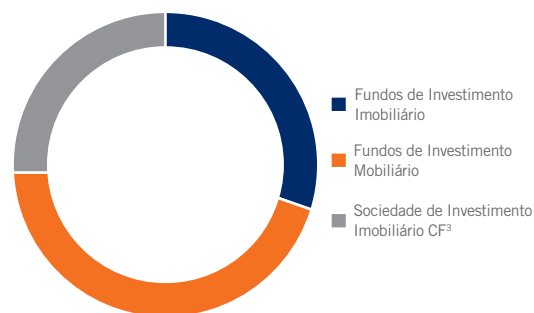
Organismos de Investimento Colectivo

O ano de 2018, terminou com um total de 14 organismos de investimento colectivo, dos quais 7 correspondem aos OIC em valores mobiliários e os outros 7 correspondem aos OIC em valores imobiliários e 2 destes foram constituídos sob a forma de sociedades de investimento imobiliário.

Valores em Mil Milhões de AOA

Valor sobre gestão por tipo de organismos de investimento colectivo	Novembro
Fundos de Investimento Imobiliário	17,58
Fundos de Investimento Mobiliário	26,79
Sociedade de Investimento Imobiliário CF ³	17,83

Fonte: CMC I³ CF - Capital Fixo



Valor sobre gestão por tipo de activos dos organismos de investimento colectivo	Novembro
Activos Imobiliário	61,21
Disponibilidades	4,75
Dívida Pública	21,53

Fonte: CMC

Mercados BODIVA

Em 2018 foram negociados na BODIVA, transacções avaliadas em 795 00 mil milhões de Kwanzas, o que representa uma variação positiva de 270 00 mil milhões quando comparado ao ano de 2017 (525 00 mil milhões de Kwanzas). O Banco de Fomento Angola, S.A. terminou como sendo o maior negociador na BODIVA com um total de 726 00 mil milhões de Kwanzas transaccionado e 2 798 00 foi o total de negócios feitos.

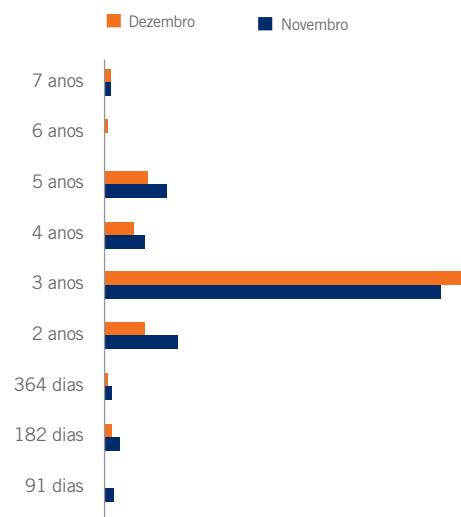
Mercado Primário	
Volume de Transações por Tipo de Activo	Dezembro
Obrigações Privadas	0,70
Total	0,70

Mercado Secundário	
Volume de Transações por Tipo de Activo	Dezembro
Bilhetes do Tesouro	1,14
Obrigações do Tesouro	
OT-TX	62,51
OT-NR	6,71
Sub-total	70,36
Total	71,06

Fonte: CMC, BODIVA

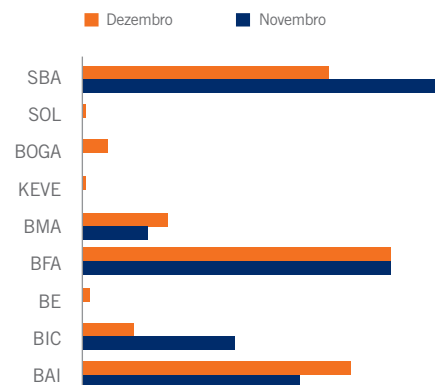
Volume de Transações por Maturidade do Activo		
	Maturidades	Dezembro
Bilhetes do Tesouro	91 dias	0,18
	182 dias	0,56
	364 dias	0,40
Sub-total		1,14
Obrigações do Tesouro	2 anos	5,70
	3 anos	51,31
	4 anos	4,49
	5 anos	6,37
	6 anos	0,33
	7 anos	1,01
Sub-total		69,65
Total		70,36

Fonte: BODIVA



Volume de Transações por Intermediário	
Intermediários ²	Dezembro
BAI	18,96
BIC	3,72
BE	0,62
BFA	21,79
BMA	5,99
KEVE	0,13
BCGA	1,78
SOL	0,15
SBA	17,49

Fonte: CMC, BODIVA | ² Apenas reportados os intermediários que realizam negociações nos meses em análise



3. RISCOS ASSOCIADOS

- a) O Fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integraram a sua carteira, variando o valor da unidade de participação em função desse facto;
- b) O principal risco a que o Fundo está exposto, é o risco de crédito que consiste no risco dos emissores dos activos financeiros não cumprirem com as suas obrigações de pagamento de juros e capital;
- c) O risco de liquidez, por investir em títulos para os quais existe pouca liquidez;
- d) Outros riscos: Alteração do quadro legal vigente, incluindo alterações no regime fiscal que pode ter impacto na rentabilidade do Fundo.

4. ACTIVIDADE E DESEMPENHO

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor líquido global do Fundo ascendia a AOA 18 937 606 857,09, repartidos por 18 000 000 00 unidades de participação. O Fundo teve uma rentabilidade positiva em 2018 cifrada em cerca de 5,20%.

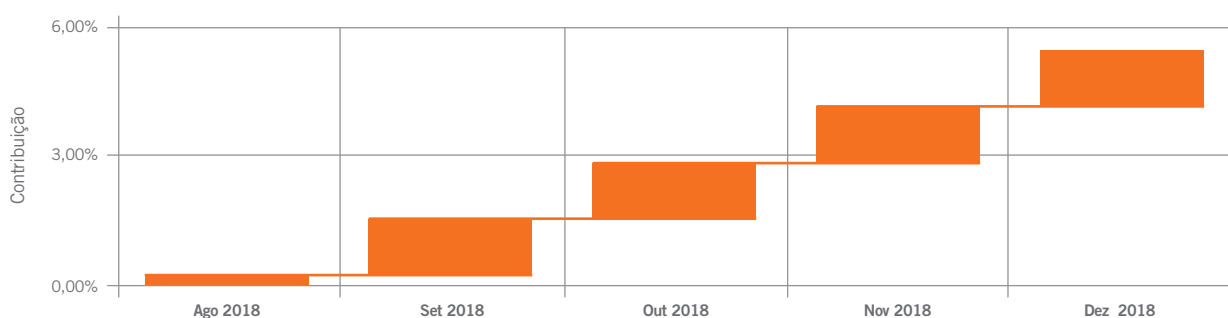
DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Demonstração do património em 31 de Dezembro de 2018.

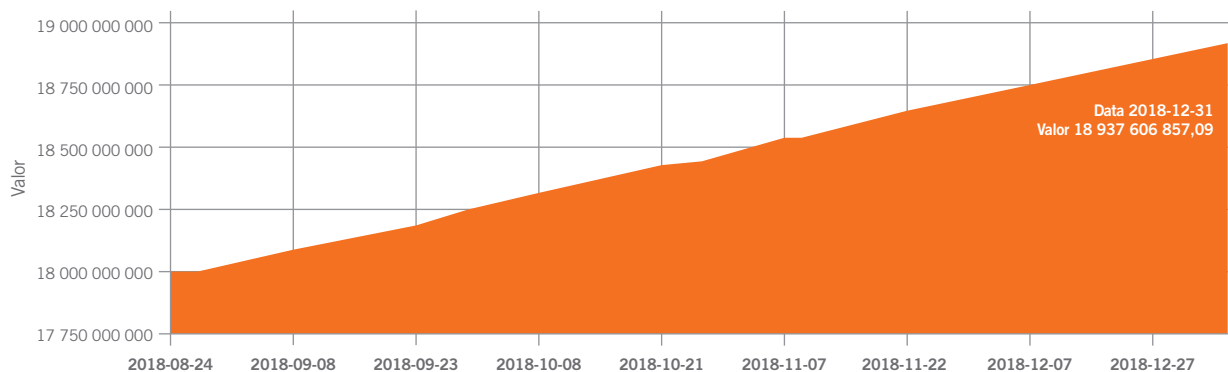
Valores em Kwanzas	
Valores Mobiliários	19 037 372 882,76
Saldos Bancários	17 623 472,33
Total dos Activos	19 054 996 355,09
Passivo	(117 389 498,00)
Valor Líquido Global	18 937 606 857,09

A estratégia do Fundo, ao longo do período em análise, limitou-se pelo investimento em dívida pública angolana e depósitos à prazo. O principal contributo positivo foi da dívida pública tendo em conta o peso desta componente sobre a carteira.

DADOS HISTÓRICOSVALORIZAÇÃO



Contribuição	0,151%	1,316%	1,302%	1,212%	1,222%
Ganho	25 813 535,83	228 635 488,28	232 054 442,23	221 340 391,81	228 575 216,03

VALORIZAÇÃO**COTAÇÃO DA UP A 31-12-2018**

1.052,09	52,02	5,20%
Cotação	Δ Absoluta	Δ %
Data: 31-12-2018	BFA Oportunidades II	Δ 2018

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor líquido global do Fundo ascendia a AOA 18 937 606 857,09, repartidos por 18 000 000 00 unidades de participação.

02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18 Economia Internacional
20 Economia Angolana
27 Alterações Regulamentares

Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

(Valores em AKZ)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2018)
Disponibilidades	4	17 623 472	-	17 623 472
Títulos e valores mobiliários	5	19 037 372 883	-	19 037 372 883
TOTAL DO ACTIVO		19 054 996 355	-	19 054 996 355

(Valores em AKZ)

PASSIVO	Notas	Período Corrente (31-12-2018)
Outras Obrigações	6	117 389 498
TOTAL DO PASSIVO		117 389 498
Unidade de Participação	7	18 000 000 000
Resultado Líquido do Exercício		937 606 857
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		18 937 606 857
TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		19 054 996 355

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em AKZ)

RUBRICAS	Notas	Período Corrente (31-12-2018)
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	8	1 155 478 709
TOTAL DOS PROVEITOS		1 155 478 709
JUROS E OUTRAS DESPESAS		142 089 133
IMPOSTOS	8	75 782 720
TOTAL DAS DESPESAS	8	217 871 852
APURAMENTO DO RESULTADO		937 606 857

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Valores em AKZ)

	Total da Situação Líquida	Unidade de Participação	Resultado Líquido
Recebimentos por aumento de capital	-	-	-
Pagamentos por redução de capital	-	-	-
Incorporação das reservas ao capital	-	-	-
Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-
Efeitos de ajustes diários aos títulos e valores mobiliário	-	-	-
Efeitos de ajustes das operações cambiais	-	-	-
Efeitos de perdas líquidas em fundos de pensões patrocinado	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de titularização	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de participação	18 000 000 000	18 000 000 000	-
Apropriação do resultado líquido do exercício	937 606 857	-	937 606 857
Constituição de reservas	-	-	-
Anulação de reservas	-	-	-
Pagamento de dividendos antecipados das SI	-	-	-
Dividendos propostos no período	-	-	-
Compensação de prejuízos	-	-	-
Efeito das distribuições de resultados	-	-	-
Saldos em 31 Dezembro 2018	18 937 606 857	18 000 000 000	937 606 857

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Valores em AKZ)

	Notas	Período Corrente (31-12-2018)
Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimento		17 104 030 506
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Outros Activos em Carteira		17 104 030 506
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Caixa de Comissões		-
Fuxos de Caixa de Rendimentos e Operações de Crédito		-
Fluxo de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxo de Caixa de Rendimento de Aplicações em Operações Comprometidas		-
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		18 000 000 000
Recebimento de Proveitos de Premios na Emissão das UTC		18 000 000 000
Fluxo de Caixa no Ajuste ao Valor de Mercado		-
Recebimentos de Proveitos de Títulos para Negociação		-
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		-
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS		35 104 030 506
Fluxo de Caixa de Juros e Outras Despesas		(17 108 704 065)
Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira		(17 108 704 065)
Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira		-
Fuxos de Caixa de Despesas de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários		-
Fluxo de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxo de Caixa com Ajustes ao Valor de Mercado		(17 891 892 231)
Pagamento de Custos de Títulos para Negociação		(17 891 892 231)
Fluxo de Caixa de Impostos		(37 576)
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola		(37 576)
Fluxo de Caixa de Comissões		(100 444 378)
Pagamento de Custos de Outras Comissões		(100 444 378)
Fluxo de Caixa de Multas		-
Fluxo de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		-
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Perdas		(400)
Pagamento de Outros Custos e Perdas		(400)
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTO		(35 101 078 650)
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO		2 951 856
Saldo em Disponibilidade no Início do Período		-
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período		2 951 856

2. NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O BFA OPORTUNIDADES II é um Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado (adiante igualmente designado por BFA OPORTUNIDADES II ou por Fundo), tendo a sua constituição sido autorizada pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) em 20 de Julho de 2018. Foi atribuído o número de registo 008/DSOICE-FEIVMF/CMC/07-18, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Agosto de 2018.

O BFA OPORTUNIDADES II é gerido pela BFA Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A., e tem como entidade responsável pela colocação das unidades de participação do Fundo junto dos investidores, o Banco de Fomento Angola, SA.

O seu objectivo principal é proporcionar aos seus participantes uma alternativa de investimento em Kwanzas, diversificando as suas carteiras e com rentabilidade acrescida.

Política de Investimento

A política de investimento do Fundo consiste na aplicação em oportunidades detectadas na Dívida Pública Angolana em moeda nacional, com maturidade residual até 12 meses. O Fundo tem uma parte residual do seu património aplicada em Depósitos Bancários no Banco de Fomento Angola, S.A.

Riscos Associados ao Investimento

O Fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o valor da unidade de participação em função desse facto.

O principal risco a que o Fundo está exposto, é o risco de crédito, que consiste no risco dos emissores dos activos financeiro não cumprirem com suas obrigações de pagamento de juros e capital;

Está também exposto ao risco de liquidez, por investir em títulos para os quais poderá existir pouca liquidez,

bem como a alterações do quadro legal vigente, incluindo alterações no regime fiscal que possam ter impacto na rentabilidade do Fundo

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do BFA OPORTUNIDADES II foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos pela Comissão de Mercado de Capitais.

O BFA OPORTUNIDADE II iniciou a sua actividade em 24 de Agosto de 2018, pelo que as suas demonstrações financeiras referentes ao período de 5 meses findo em 31 de Dezembro de 2018 não apresentam comparativos.

As demonstrações financeiras do BFA OPORTUNIDADE II encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As demonstrações financeiras do período de 5 meses findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BFA – Gestão de Activos em 17 de Janeiro de 2019

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Especialização do exercício

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida

que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Valorização da unidade de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente e determina-se pela divisão do valor líquido global do fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Em 31 de Dezembro de 2018, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	31-Dez-18
1 USD	308,607
1 EUR	353,015

2.1 Títulos e valores mobiliários

Atendendo às características dos Títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo BFA OPORTUNIDADES II é conforme segue:

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, as Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano estão registadas no balanço do BFA OPORTUNIDADES II pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.3 COMISSÕES

Os gastos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são relativos a serviços prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

2.4 IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o

valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Imposto Industrial

O BFA OPORTUNIDADES encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 7,5%. Está sujeito ao Decreto Legislativo Presidencial nº1/14 de 13 de Outubro, que regula o Regime Fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Colectivo (OIC).

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial nº1/14 de 13 de Outubro, determina que os OIC estão isentos de qualquer outro imposto sobre o rendimento, nomeadamente o imposto sobre a aplicação de capitais.

Imposto sobre o património

O Decreto Legislativo Presidencial nº1/14 de 13 de Outubro, determina que os OIC estão isentos de qualquer outro imposto sobre o rendimento, nomeadamente o imposto predial urbano sobre as rendas.

Outros impostos

O BFA OPORTUNIDADE II, está igualmente isento dos seguintes impostos:

- Imposto de selo nos aumentos de capitais;

- Imposto de selo sobre as comissões de gestão cobradas pela entidade gestora e sobre as comissões cobradas pela instituição depositária dos valores mobiliários; e
- Imposto de consumo sobre as comissões de gestão cobradas pela entidade gestora.

2.5 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DO FUNDO

	Juros Carteira	Imposto	Juro Bruto	Valores de balanço Critério contab.	Valor de Mercado
110 - DISPONIBILIDADES	419 552		419 552		17 203 921
110.20 - DEPÓSITOS À ORDEM	-				2 951 855,55
18708652830001 - Conta DO	-				2 951 855,55
110.50 - DEPÓSITOS A PRAZO	419 551,63		419 551,63		14 252 065,15
DP_187086528_20_01 - DP - AOA	258 753,42		258 753,42		7 265 000,00
DP_187086528_20_03 - DP - AOA	160 798,21		160 798,21		6 987 065,15
130 - TÍTULOS E VALORES MOBIL.	1 145 480 652		1 145 480 652		17 891 892 230,88
130.1 - DÍVIDA PÚBLICA FIXA	1 145 480 651,88		1 145 480 651,88		17 891 892 230,88
Compra BT 17,80% - BT - AOA	775 419 098,34		775 419 098,34		12 520 311 611,00
Compra BT 19,80% - BT - AOA	370 061 553,54		370 061 553,54		5 371 580 619,88
260 - OUTRAS OBRIGAÇÕES					(115 613 456,34)
260.2 - OUTRAS OBRIG NATUR FISCAL	-				(75 726 357,28)
260.2.60 - Imposto Industrial	-				(75 726 357,28)
Imposto Lucro Trib. - LT - AOA	-				(75 726 357,28)
260.6 - DIVERSOS	-				(39 887 099,06)
260.6.21 - Entidade Gestora	-				(29 369 872,50)
Comissao de Gestao - CG - AOA	-				(29 369 872,50)
260.6.31 - Entidade Depositária	-				(9 789 975,50)
Banco Depositario - BD - AOA	-				(9 789 975,50)
260.6.34 - Taxa Supervisão	-				(727 251,06)
Taxa de Supervisão - TS - AOA	-				(337 251,06)
Taxa Supervisão Fixa - TF - AOA	-				(390 000,00)
90 - RESTANTES ACTIVOS					(1 776 041,66)
Auditor - AU - AOA	-				(1 776 041,66)
TOTAL	1 145 900 203,51		1 145 900 203,51		17 791 706 653,58

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

	31-Dec-18
Disponibilidades em Instituições Financeiras	2 951 855
Depósitos à ordem	14 671 617
Outros	17 623 472

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Outros tem a seguinte composição:

	Capital aplicado	Juro corrido	Valor da carteira
Outros - Depósitos a Prazo	14 252 065	419 552	14 671 617
	14 252 065	419 552	14 671 617

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da rubrica Títulos e valores mobiliários é apresentada como segue:

Título	Moeda	Quantidade	Custo de aquisição	Juro corrido	31/dez/18 Valor de balanço
AOTNBT623G18	AKZ	21 138 924	17 891 892 231	1 145 480 651	19 037 372 882
					19 037 372 882

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Outras Obrigações – Credores Diversos tem a seguinte composição:

(Valores em AKZ)

Descrição	Período Corrente (31-12-2018)
Imposto Industrial	75 726 357
Comissão de Gestão	29 369 873
Banco Depósitoário	9 789 976
Autoridade de Supervisão	727 251
Outras despesas	1 776 042
TOTAL DAS DESPESAS	117 389 498

7. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital do fundo

O Património do Fundo é constituído por unidades de participação, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

Relatório do Auditor Externo



Crowe Angola - Auditores e Consultores, S.A

Edifício Caravela | Praia do Bispo
Rua Dr. Agostinho Neto | Lote 1 | 8.º Piso
Luanda | Angola

Telefone: +244 940 059 963
www.crowe.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE (Valores expressos em milhares de Kwanzas "mAOA")

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado "BFA OPORTUNIDADES II" (doravante referido como "Fundo") sob a gestão do BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. que compreende o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de mAOA 19.054.996 e um total de fundos próprios de mAOA 18.937.607, incluindo um resultado líquido de mAOA 937.607), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das mutações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período compreendido entre 24 de Agosto e 31 de Dezembro de 2018, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. A Administração do Fundo é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriada das peças referidas, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação daquelas peças isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

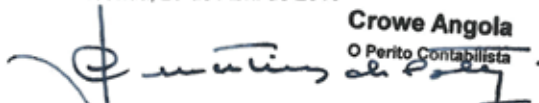
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, sobre o balanço e demonstração de resultados com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se o balanço e a demonstração de resultados estão isentos de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração do Fundo, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. A nossa auditoria abrangeu também a verificação que os critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos do Fundo foram seguidos pela sociedade gestora e sobre controlo dos movimentos de subscrição e de regaste das unidades de participação, conforme estipulado nas alíneas b) e c) no n.º 4 do artigo 147.º do Decreto Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro, que aprova o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo.
6. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria sem reservas.



Opinião sem Reservas

7. Em nossa opinião, o balanço e a demonstração de resultados referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado "BFA OPORTUNIDADES II" em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao período compreendido entre 24 de Agosto de 2018 e 31 de Dezembro de 2018, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola.
8. Confirmamos ainda que os critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos do Fundos foram devidamente aplicados pela sociedade gestora e que não existiram quaisquer movimentos nas unidades de participações durante o período. Adicionalmente, confirmamos que o Fundo não tem nos seus activos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário não admitidos à negociação em mercado regulamentado e/ou derivados.

Luanda, 29 de Abril de 2019


Crowe Angola
O Perito Contabilista

CROWE ANGOLA
Representada por João Martins de Castro
Perito Contabilista inscrito na OCPA com n.º 20140123

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

